

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Corregedoria Geral da Justiça  
Gabinete dos Juízes Corregedores

RELAT-GDJC - 692025  
Código de validação: 9BA2DFC22B

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA - 2025 SÃO LUÍS - 5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS

Em **12/05/2025**, por designação do Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão, a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Dra. DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA, realizou Correição Ordinária na **5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS**, com o objetivo de corrigir e prevenir irregularidades na prestação do serviço da Justiça na unidade, orientando e fiscalizando permanentemente a atividade jurisdicional. Para tanto, determinou a coleta de informações processuais diretamente da base de dados, bem como coletou informações prestadas pela serventia judicial da unidade, o que passa a relatar:

### 1 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE CORRECIONAL

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA	DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA	Dra. DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA
EQUIPE	Servidores: <ul style="list-style-type: none"><li>• MAÍRA LOPES DE CASTRO</li><li>• HELYROSE ROSELY SANTOS DA SILVA</li><li>• RAFAELLA VIANA PEREIRA MURAD</li></ul>

### 2 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CORRECIONADA

#### 2.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS

NOME DO FÓRUM	Fórum Desembargador Sarney Costa
ENDEREÇO	Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Calhau, São Luís
SITUAÇÃO DO IMÓVEL	Próprio



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

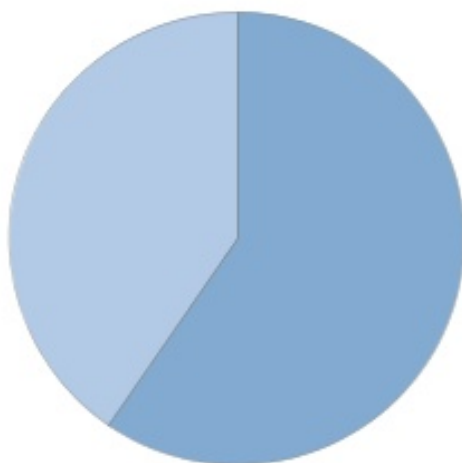
<b>EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA</b>	<b>Regular</b>
<b>QUALIDADE DA INTERNET</b>	<b>Regular</b>



### 3 AVALIAÇÃO DO ACERVO

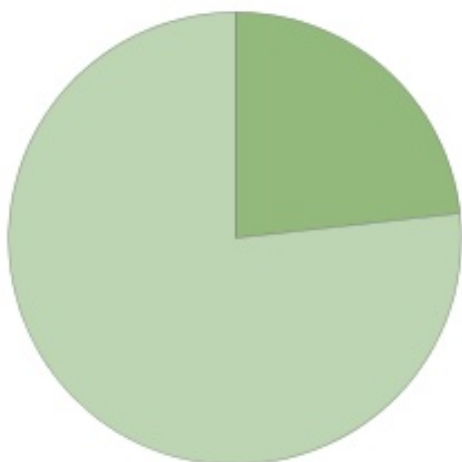
#### 3.1 ACERVO QUANTITATIVO

Acervo Total: 2032



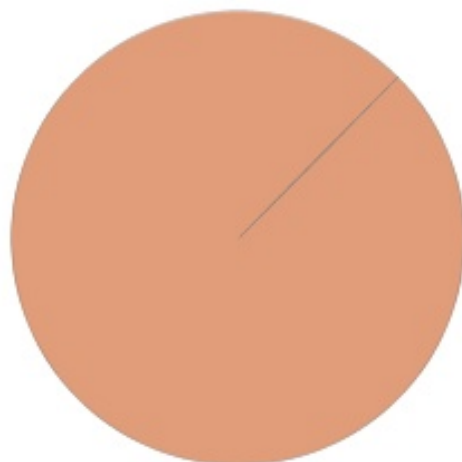
● Conhecimento	-	1205	-	59%
● Execução	-	827	-	40%

Conhecimento: 1205



● Julgados	-	288	-	23%
● Não julgados	-	917	-	76%

Execução: 827



● Criminal	-	0	-	0%
● Não Criminal	-	827	-	100%

##### 3.1.1 ACERVO POR SISTEMA



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

SISTEMA	TOTAL
PJE	1985
<b>TOTAL</b>	<b>1985</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.2 INCONSISTÊNCIA DO ACERVO

ITEM	TOTAL
Processos sem assunto	199
Classe a corrigir	0
Processos sem classe cadastrada	0
Processos sem nome de parte e/ou documento	78
Movimento de julgamento sem complemento	9
<b>TOTAL</b>	<b>286</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.3 DESTAQUE DO ACERVO

TIPO	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Não Julgados	1481	1311	1203
Julgados não transitados	403	397	389
Transitados não baixados	16	16	16
<b>TOTAL</b>	<b>1900</b>	<b>1724</b>	<b>1608</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.4 PROCESSOS CONCLUSOS

	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Conhecimento não criminal	350	92	0
Execução não criminal	279	23	1
<b>TOTAL</b>	<b>629</b>	<b>115</b>	<b>1</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.5 PROCESSOS AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO NA SECRETARIA JUDICIAL

COMPETÊNCIA	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)	% (+100 DIAS)
Cível	1295	183	0	0.0
<b>TOTAL</b>	<b>1295</b>	<b>183</b>	<b>0</b>	

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.6 PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
CONHECIMENTO	1144	1024	930
Conhecimento - não julgados	820	706	620
EXECUÇÃO	778	708	684



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

Execução - não julgados	661	605	583
<b>TOTAL</b>	<b>1922</b>	<b>1732</b>	<b>1614</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.7 ACERVO QUE NÃO ADMITE JULGAMENTO

	<b>TOTAL</b>
Procedimentos Administrativos	0
Procedimentos Investigatórios	0
Cartas Precatórias	29
Execução Criminal	0
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

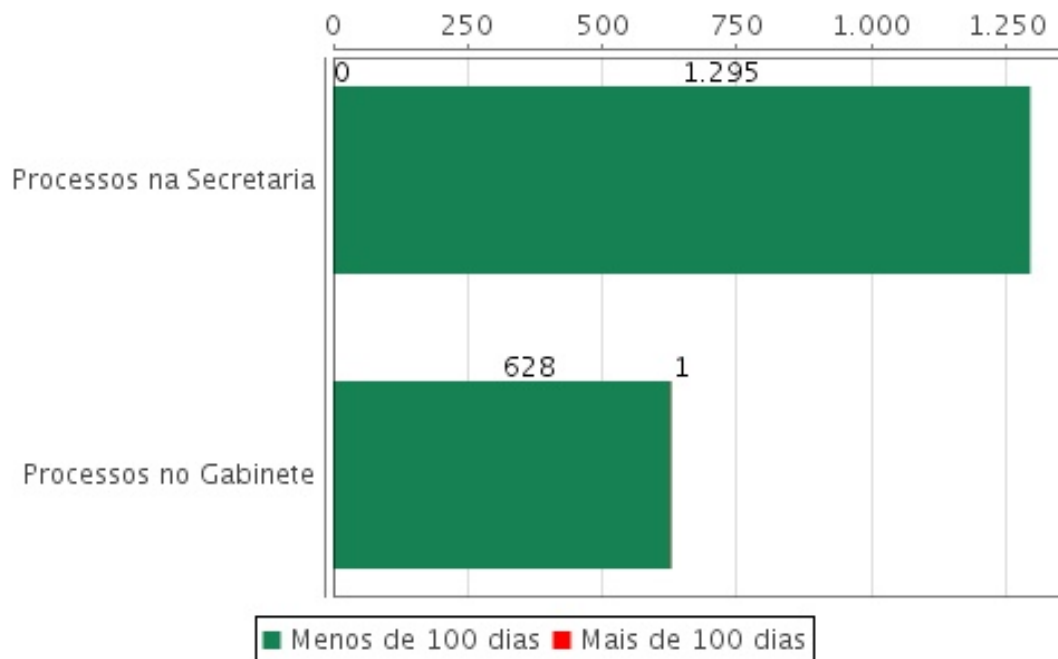
\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.8 ACERVO SUSPENSO

TIPO	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Não Criminal	11	10	10
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.1.9 DIVISÃO DO ACERVO NA UNIDADE



### 3.2 ACERVO QUALITATIVO



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Corregedoria Geral da Justiça  
Gabinete dos Juízes Corregedores

### 3.2.1 ACERVO TOTAL POR COMPETÊNCIA - TOP 10

COMPETÊNCIA	TOTAL
Família e Casamento	2029
Cível e Comércio	3
<b>TOTAL</b>	<b>2032</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.2.2 PROCESSOS AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO NA SECRETARIA POR CLASSE - TOP 10

CLASSE	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	378	42	0
ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	265	36	0
DIVÓRCIO LITIGIOSO	172	30	0
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	112	22	0
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	76	12	0
GUARDA DE FAMÍLIA	64	13	0
RECONHECIMENTO E EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL	58	9	0
AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE	43	4	0
CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	23	1	0
DIVÓRCIO CONSENSUAL	18	2	0
<b>TOTAL</b>	<b>1209</b>	<b>171</b>	<b>0</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.2.3 MAIORES LITIGANTES POR POLO (ATIVO/PASSIVO)

POLO ATIVO	TOTAL
LUMA OLIVEIRA SANTOS	4
ROZANGELA FERREIRA SILVA	4
IAN DAVI BARROS COSTA	3
ANDRESSA MEDEIROS DE LIMA	3
CHRISTINA MARIA DE LIMA NASCIMENTO	3
MENOTI CRUZ VIEIRA	3
MARIA DAS DORES SANTOS PEREIRA	3
ANALINA DA SILVA ANDRADE SANTOS	3
THAIS CARDOSO DE SOUZA	3
JOYCE DANIELE SANTOS SILVA	3
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

POLO PASSIVO	TOTAL
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	240
JUIZO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DE SÃO LUIS-MA	7
BENEDITO DA LUZ SILVA	4
GILNERES PEREIRA GOMES	4
JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIS	4
LEILSON BASTOS PIRES	4
MAICON SILVA TEIXEIRA	3
DANIEL SILVA	3
ISMAEL DOS SANTOS NEVES	3
JUIZO DA 5ª VARA DA FAMILIA DE SÃO LUIS-MA	3
<b>TOTAL</b>	<b>275</b>

\*Dados coletados em 30/04/2025

### 3.2.4 ACERVO MAIS ANTIGO EM TRAMITAÇÃO - TOP 10



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

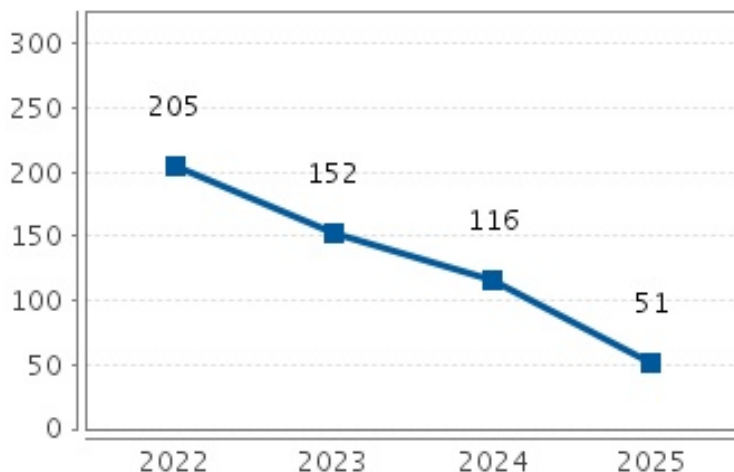
PROCESSO	DATA DA ABERTURA
0001108-38.2005.8.10.0001	18/01/2005
0003504-80.2008.8.10.0001	12/02/2008
0021417-36.2012.8.10.0001	30/05/2012
0028452-47.2012.8.10.0001	16/07/2012
0021040-31.2013.8.10.0001	23/05/2013
0028419-23.2013.8.10.0001	10/07/2013
0030865-96.2013.8.10.0001	25/07/2013
0009596-64.2014.8.10.0001	07/03/2014
0030986-90.2014.8.10.0001	18/07/2014
0039310-69.2014.8.10.0001	01/09/2014

\*Dados coletados em 30/04/2025

## 4 EFICIÊNCIA DA UNIDADE

### 4.1 TEMPO MÉDIO DA INICIAL ATÉ A SENTENÇA (ÚLTIMOS 4 ANOS) - (JUSTIÇA EM NÚMEROS)

#### Tempo Médio de Julgamento

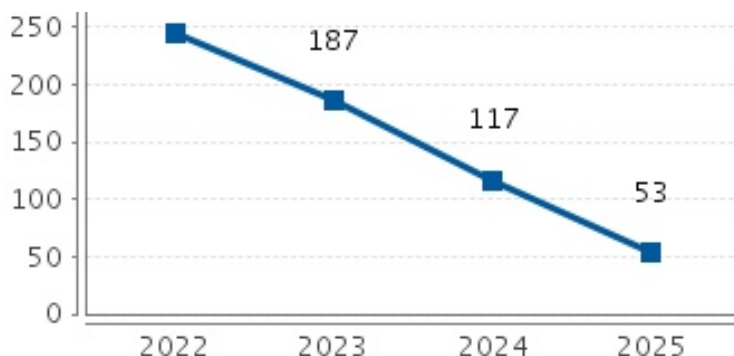


### 4.2 TEMPO MÉDIO DA INICIAL ATÉ A BAIXA (ÚLTIMOS 4 ANOS) - (JUSTIÇA EM NÚMEROS)

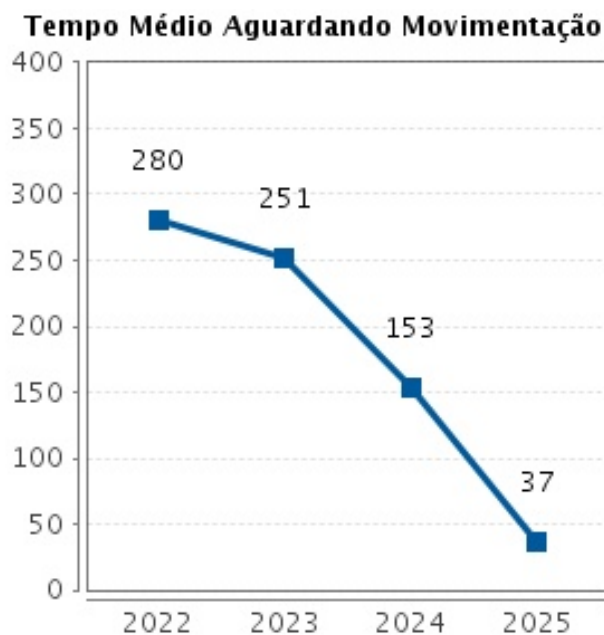
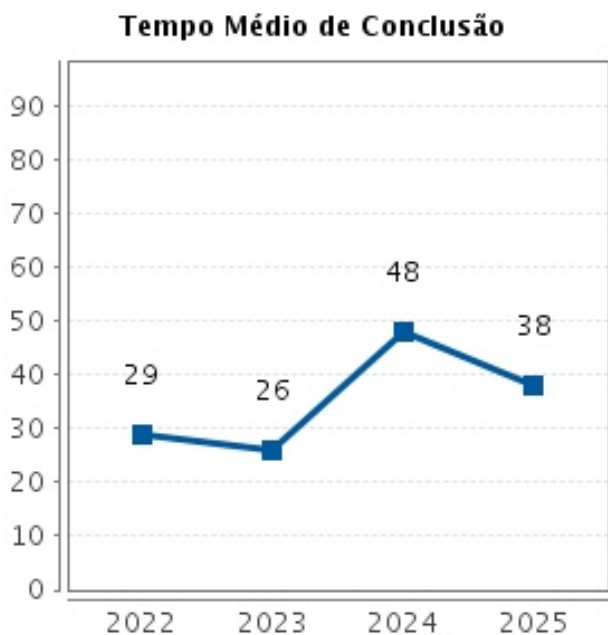
#### Tempo Médio de Baixa



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

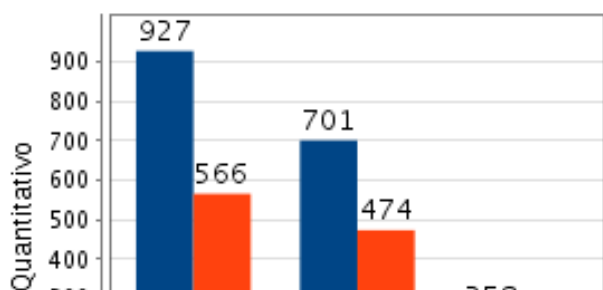


### 4.3 TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE (CONCLUSÃO) E SECRETARIA JUDICIAL (AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO)

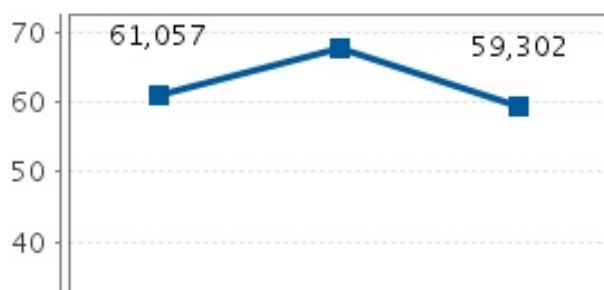


### 4.4 ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NA UNIDADE

#### Julgados x Homologados

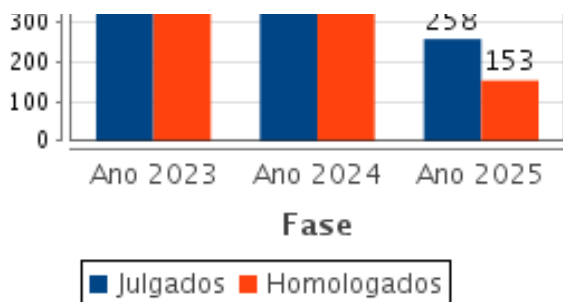


#### Índice de Conciliação

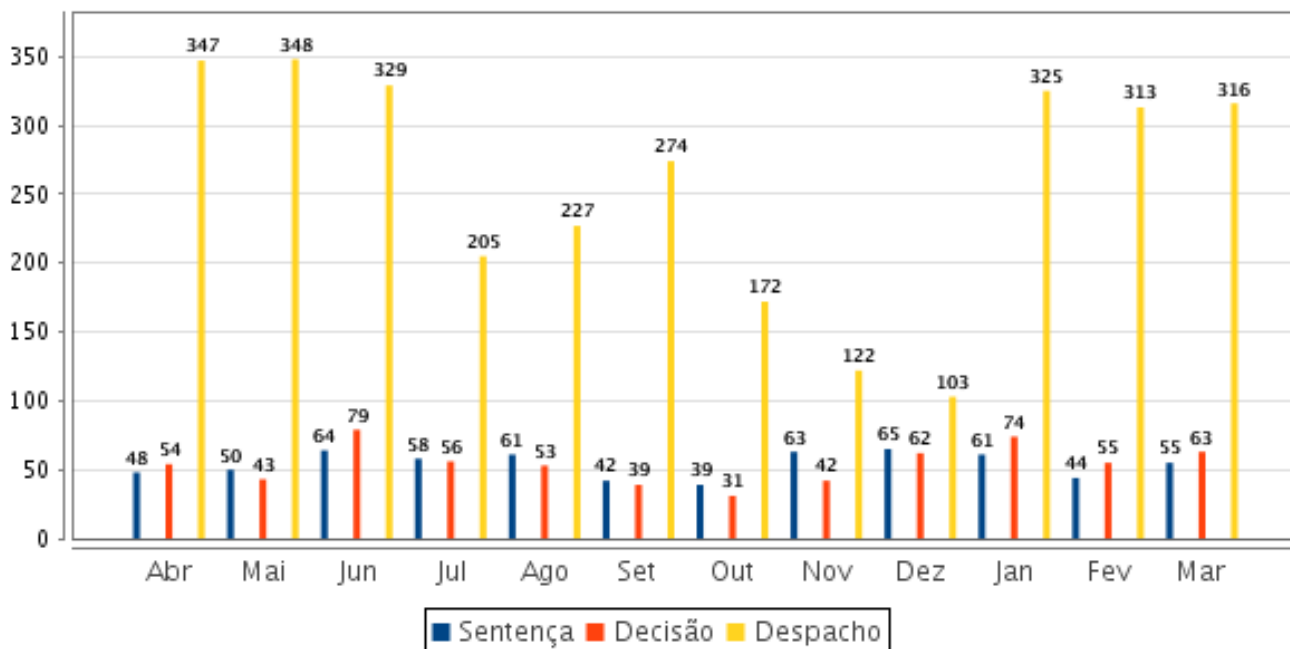




**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**



#### 4.5 DESEMPENHO - PRODUTIVIDADE NA UNIDADE



#### 4.6 HISTÓRICO DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, REALIZADAS, NÃO JUSTIFICADAS, CANCELADAS, NÃO REALIZADAS, REDESIGNADAS (NOS ÚLTIMOS VINTE E QUATRO MESES)

Período: Abril/2023 a Março/2024													
Audiências	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
Designadas	97	111	117	80	127	93	112	135	110	32	110	115	1239
Realizadas	88	104	105	56	108	84	103	127	103	26	98	112	1114
Não Justificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Canceladas	8	4	12	14	16	7	9	7	6	6	11	2	102
Não realizadas	0	1	0	9	0	1	0	1	0	0	0	1	13
Redesignadas	1	2	0	1	3	1	0	0	1	0	1	0	10



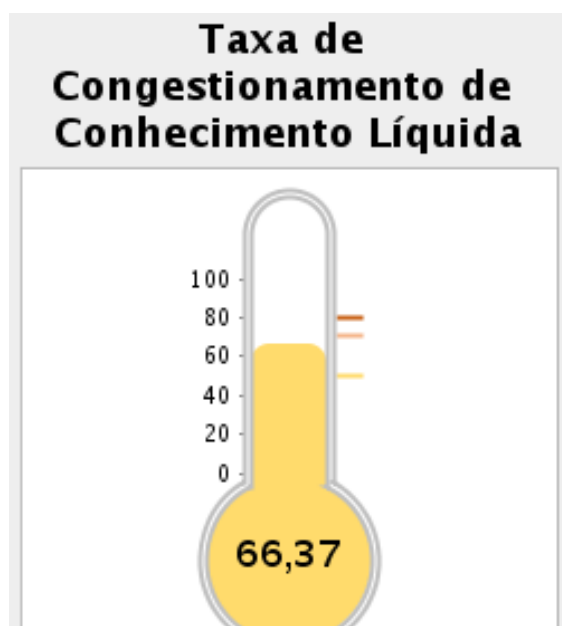
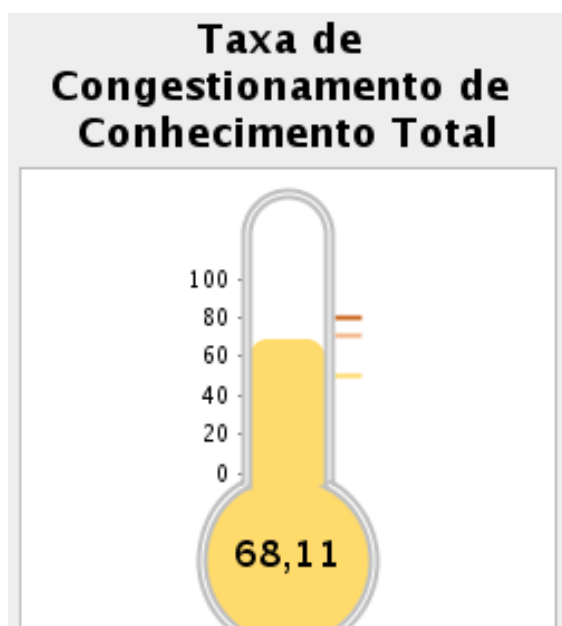
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

Período: Abril/2024 a Março/2025													
Audiências	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
Designadas	72	77	98	110	100	93	107	73	41	25	98	75	969
Realizadas	70	71	78	100	94	76	94	67	31	19	77	72	849
Não Justificadas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Canceladas	2	3	8	8	2	8	7	1	4	2	1	2	48
Não realizadas	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	0	0	6
Redesignadas	0	3	12	2	4	6	2	1	0	4	14	1	49

#### 4.7 DESEMPENHO - PRODUTIVIDADE DA SECRETARIA JUDICIAL (ÚLTIMOS 12 MESES)

Tipo de Movimento	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
ATO ORDINATÓRIO (11383)	0	0	0	112	121	113	105	105	125	197	29	86	993
CONCLUSÃO (51)	358	173	320	225	336	239	273	190	324	250	387	308	3383
DE CONCILIAÇÃO (12740)	135	95	112	94	99	69	57	54	45	111	126	96	1093
DEFINITIVO (246)	175	33	56	110	149	82	60	70	80	90	49	112	1066
DOCUMENTO (581)	534	251	433	508	397	579	550	415	836	639	793	815	6750
ENVIO AO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (810004)	245	180	199	183	162	122	106	100	122	307	262	203	2191
EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO (60)	685	503	547	507	487	350	343	274	274	805	661	798	6234
HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO (466)	30	29	20	38	44	22	21	24	22	12	28	35	325
MANDADO (106)	277	306	354	312	309	235	239	180	127	253	320	358	3270
MERO EXPEDIENTE (11010)	364	330	157	104	199	232	153	89	80	308	273	293	2582
PETIÇÃO (85)	594	650	759	660	648	486	495	386	276	527	672	733	6886
<b>Total</b>	<b>3397</b>	<b>2550</b>	<b>2957</b>	<b>2853</b>	<b>2951</b>	<b>2529</b>	<b>2402</b>	<b>1887</b>	<b>2311</b>	<b>3499</b>	<b>3600</b>	<b>3837</b>	<b>34773</b>

#### 4.8 TAXAS DE CONGESTIONAMENTO DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO

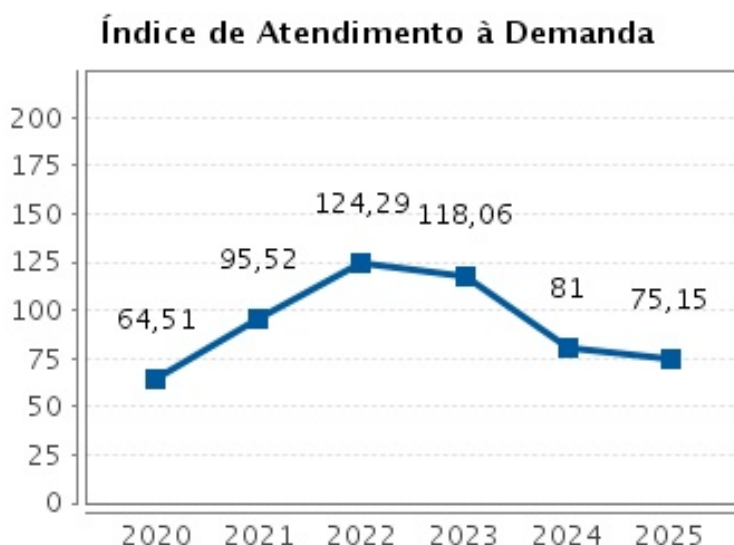


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

Nível 1 - Taxa de congestionamento menor ou igual a 50%.  
Nível 2 - Taxa de congestionamento maior que 50% e menor ou igual a 70%.  
Nível 3 - Taxa de congestionamento maior que 70% e menor ou igual a 80%.  
Nível 4 - Taxa de congestionamento maior que 80%.

Nível 1 - Taxa de congestionamento menor ou igual a 50%.  
Nível 2 - Taxa de congestionamento maior que 50% e menor ou igual a 70%.  
Nível 3 - Taxa de congestionamento maior que 70% e menor ou igual a 80%.  
Nível 4 - Taxa de congestionamento maior que 80%.

## 4.9 ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA



## 5. GERENCIAL DA UNIDADE

### 5.1 METAS CNJ

	Meta 1	Meta 2-A	Meta 3	Meta 5	Meta 10
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO	74,69%	111,05%	100,00%	94,46%	0,00%

### 5.2 DESEMPENHO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

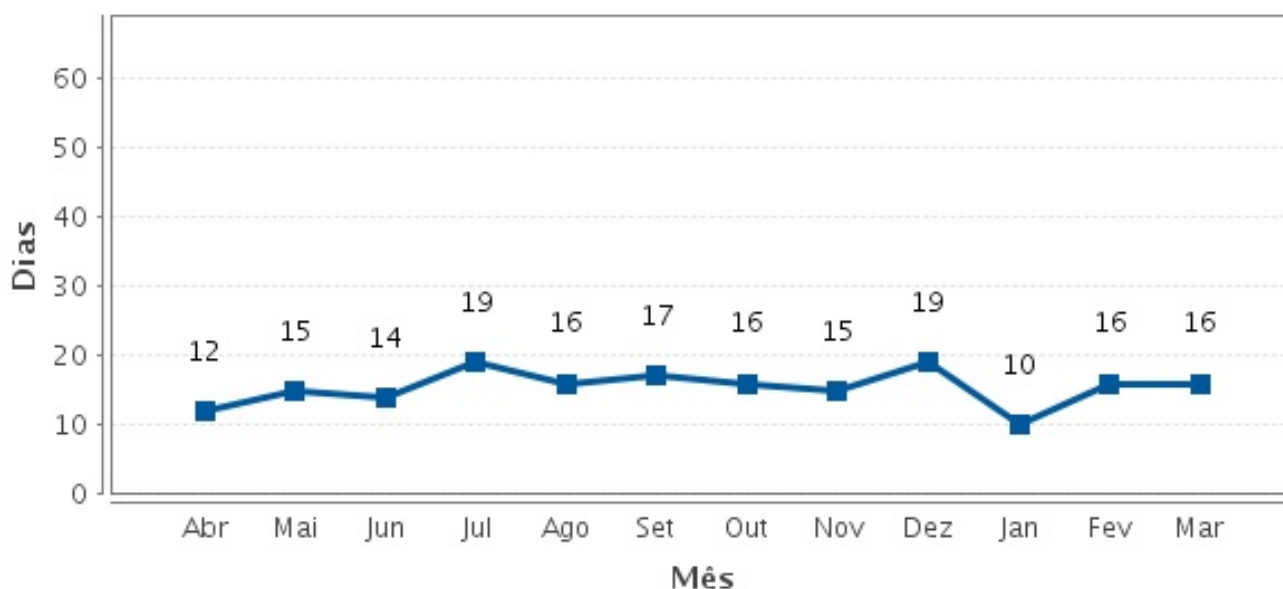
Oficial de Justiça	Mandados Expedidos	Sem Devolução (+ de 30 dias)	Sem Devolução (+ de 100 dias)
OUTROS	7720	21	1
<b>Total</b>	<b>7720</b>	<b>21</b>	<b>1</b>

### 5.3 TEMPO MÉDIO DE CUMPRIMENTO DOS MANDADOS PELO OFICIAL DE



## JUSTIÇA

### Tempo Médio de Cumprimento de Mandados



### 5.4 PROCESSOS ENCAMINHADOS À PARTIDORIA, CONTADORIA, PSICOSSOCIAL E AVALIADOR

Destino	+ de 30 dias	+ de 100 dias
Psicossocial	6	0
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>0</b>

### 5.5 DESTAQUES

	TOTAL	+ de 100 dias
Carta Precatória ou de Ordem distribuídas e não cumpridas	28	0
Petições iniciais distribuídas sem o primeiro despacho	118	0
<b>TOTAL</b>	<b>146</b>	<b>0</b>

### 5.6 SISTEMAS UTILIZADOS NA UNIDADE - SITUAÇÃO

SISTEMA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
DIGIDOC	Utilizado	
RENAJUD	Utilizado	
INFOJUD	Utilizado	
INFOSEG	Utilizado	
SISBAJUD	Utilizado	
SIEL	Utilizado	



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

SEEU	Não Utilizado	
SNA	Não Utilizado	
BNMP	Utilizado	
MALOTE DIGITAL	Utilizado	
PJECOR	Não Utilizado	Recomenda-se a regularização do uso do PJECOR, inclusive para fins de tramitação e acompanhamento da presente correição.
PJe	Utilizado	
THEMIS	Utilizado	
TERMOJURIS	Utilizado	

## 6. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS

### 6.1 RELATÓRIOS PARA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	Modo de envio	Observação
Relatório Trimestral de Prisões Provisórias (Resol-CNJ nº 66 de 27/1/2009)	Não enviado	Não se aplica.
Relatório anual de Correição (Ordinária ou Extraordinária) realizada pela Unidade	Internet	
Relatório anual de Inspeção Extrajudicial realizada pela Unidade	Não se aplica.	

### 6.2 RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Modo de envio	Observação
Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes em conflito com a Lei - CNACL (Resol-CNJ nº 77/09 e alterações)	Não enviado	Não se aplica.
Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais - CNIEP (Resol-CNJ nº 47, de 18 de dezembro de 2007, alterada pela Resol-CNJ nº 326, de 26 de junho de 2020)	Não enviado	Não se aplica.
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA (Resolução-CNJ nº 289 de 14 de agosto de 2019)	Não enviado	Não se aplica.
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Resol-CNJ nº 63, de 16 de dezembro de 2008)	Não enviado	Não se aplica.
Cadastro Nacional de Condenados Por Ato de Improbidade Administrativa (Resol-CNJ nº 310, de 20 de março de 2020)	Não enviado	Não se aplica.
Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC (Resol-CNJ nº 213, de 15 de dezembro de 2015)	Não enviado	Não se aplica.
Sistema Nacional de Interceptações Telefônicas - SNCI (Resol-CNJ nº 59, de 9 de setembro de 2008 e alterações)	Não enviado	Não se aplica.

## 7 DETALHAMENTO DOS PROCESSOS DIAGNOSTICADOS



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

Diagnóstico	Quantidade
Ausência de certificação nos autos (expedição de carta precatória, expedição e entrega de mandado ao oficial de justiça, decurso de prazo, trânsito em julgado etc.)	11
Ausência de prática de atos ordinatórios	2
Autos pendentes de arquivamento	1
Autos pendentes de conclusão ao magistrado	18
Autuação irregular (numeração única, classe e/ou assunto processual)	3
Carta precatória juntada por inteira aos autos	1
Determinação do magistrado sem cumprimento pela secretaria	8
Morosidade no cumprimento de mandado pelo Oficial de Justiça	2
Prática de ato ordinatório em linguagem imperativa	7
Processo com diversas paralisações injustificadas	3
Processo concluso há mais de 100 (cem) dias	1
Questão processual pendente de apreciação pelo magistrado	57
<b>Processos eletrônicos analisados</b>	<b>80</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>80</b>

## 8 CONSTATAÇÕES DA EQUIPE CORRECIONAL

### 1 - Autuação irregular (numeração única, classe e/ou assunto processual)

0030986-90.2014.8.10.0001, 0800976-12.2023.8.10.0002, 0855843-55.2023.8.10.0001

### 2 - Carta precatória juntada por inteira aos autos

0837439-29.2018.8.10.0001

### 3 - Autos pendentes de arquivamento



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juizes Corregedores**

0842024-17.2024.8.10.0001

**4 - Determinação do magistrado sem cumprimento pela secretaria**

0009596-64.2014.8.10.0001, 0037998-24.2015.8.10.0001, 0052706-79.2015.8.10.0001,  
0800976-12.2023.8.10.0002, 0813958-27.2024.8.10.0001, 0820046-81.2024.8.10.0001,  
0828808-23.2023.8.10.0001, 0844009-21.2024.8.10.0001

**5 - Autos pendentes de conclusão ao magistrado**

0028419-23.2013.8.10.0001, 0054093-32.2015.8.10.0001, 0800530-17.2020.8.10.0001,  
0802727-47.2017.8.10.0001, 0809162-90.2024.8.10.0001, 0813958-27.2024.8.10.0001,  
0820693-76.2024.8.10.0001, 0825226-25.2017.8.10.0001, 0827676-04.2018.8.10.0001,  
0830189-66.2023.8.10.0001, 0837439-29.2018.8.10.0001, 0857140-97.2023.8.10.0001,  
0862422-53.2022.8.10.0001, 0863448-18.2024.8.10.0001, 0870059-55.2022.8.10.0001,  
0880284-66.2024.8.10.0001, 0885214-30.2024.8.10.0001, 0890556-22.2024.8.10.0001

**6 - Ausência de certificação nos autos (expedição de carta precatória, expedição e entrega de mandado ao oficial de justiça, decurso de prazo, trânsito em julgado etc.)**

0800976-12.2023.8.10.0002, 0802727-47.2017.8.10.0001, 0809162-90.2024.8.10.0001,  
0812245-17.2024.8.10.0001, 0825226-25.2017.8.10.0001, 0830189-66.2023.8.10.0001,  
0838407-49.2024.8.10.0001, 0842024-17.2024.8.10.0001, 0857140-97.2023.8.10.0001,  
0870059-55.2022.8.10.0001, 0880284-66.2024.8.10.0001

**7 - Ausência de prática de atos ordinatórios**

0801487-23.2023.8.10.0127, 0844009-21.2024.8.10.0001

**8 - Questão processual pendente de apreciação pelo magistrado**

0001108-38.2005.8.10.0001, 0003504-80.2008.8.10.0001, 0021417-36.2012.8.10.0001,  
0026001-44.2015.8.10.0001, 0028419-23.2013.8.10.0001, 0028452-47.2012.8.10.0001,  
0028757-26.2015.8.10.0001, 0030986-90.2014.8.10.0001, 0032289-08.2015.8.10.0001,  
0039310-69.2014.8.10.0001, 0054093-32.2015.8.10.0001, 0055637-55.2015.8.10.0001,  
0800530-17.2020.8.10.0001, 0802727-47.2017.8.10.0001, 0806453-87.2021.8.10.0001,  
0808258-36.2025.8.10.0001, 0809097-66.2022.8.10.0001, 0809162-90.2024.8.10.0001,  
0812245-17.2024.8.10.0001, 0812792-62.2021.8.10.0001, 0813958-27.2024.8.10.0001,  
0817124-67.2024.8.10.0001, 0817746-83.2023.8.10.0001, 0818897-50.2024.8.10.0001,  
0820062-98.2025.8.10.0001, 0820693-76.2024.8.10.0001, 0823513-39.2022.8.10.0001,  
0824227-28.2024.8.10.0001, 0825226-25.2017.8.10.0001, 0825406-41.2017.8.10.0001,  
0826993-54.2024.8.10.0001, 0827676-04.2018.8.10.0001, 0830189-66.2023.8.10.0001,  
0830576-18.2022.8.10.0001, 0830897-19.2023.8.10.0001, 0832205-56.2024.8.10.0001,  
0832741-67.2024.8.10.0001, 0837439-29.2018.8.10.0001, 0845088-35.2024.8.10.0001,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

0847099-37.2024.8.10.0001, 0847776-67.2024.8.10.0001, 0855752-96.2022.8.10.0001,  
0855843-55.2023.8.10.0001, 0856885-08.2024.8.10.0001, 0856974-41.2018.8.10.0001,  
0857140-97.2023.8.10.0001, 0857846-46.2024.8.10.0001, 0862422-53.2022.8.10.0001,  
0862731-40.2023.8.10.0001, 0863448-18.2024.8.10.0001, 0870059-55.2022.8.10.0001,  
0870362-35.2023.8.10.0001, 0880284-66.2024.8.10.0001, 0885214-30.2024.8.10.0001,  
0890556-22.2024.8.10.0001, 0895478-09.2024.8.10.0001, 0900588-86.2024.8.10.0001

**9 - Morosidade no cumprimento de mandado pelo Oficial de Justiça**

0805759-16.2024.8.10.0001, 0880284-66.2024.8.10.0001

**10 - Prática de ato ordinatório em linguagem imperativa**

0055637-55.2015.8.10.0001, 0809097-66.2022.8.10.0001, 0813958-27.2024.8.10.0001,  
0817124-67.2024.8.10.0001, 0830189-66.2023.8.10.0001, 0862422-53.2022.8.10.0001,  
0871758-81.2022.8.10.0001

**11 - Processo concluso há mais de 100 (cem) dias**

0828191-63.2023.8.10.0001

**12 - Processo com diversas paralisações injustificadas**

0001108-38.2005.8.10.0001, 0837439-29.2018.8.10.0001, 0871758-81.2022.8.10.0001

**9 CONSIDERAÇÕES DA UNIDADE CORRECIONADA (PREENCHIMENTO PELA UNIDADE NO SISTEMA AUDITUS)**

A 5ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís necessita modernizar seu parque tecnológico com a aquisição de novos computadores, tendo em vista que a maioria dos que estão sendo utilizados apresentam um estado de obsolescência preocupante, bem como necessita com urgência reforçar seu quadro de pessoal com 1 (um) Analista Judiciário-Direito, pois a ausência desse profissional tem sobrecarregado os demais servidores e limitado a capacidade da unidade de atuar de forma plena e eficiente em todas as suas atribuições. Por fim, ressalta a importância de que sejam realizadas dedetizações em sua estrutura física periodicamente.

**9.1 ORIENTAÇÃO SOBRE A DEMANDA DA UNIDADE CORRECIONADA**

Em atenção às reivindicações da unidade correccionada, oficie-se à Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para apuração dos fatos narrados e tomada de eventuais providências que julgar cabíveis.

**10 RECOMENDAÇÕES**

**10.1 À SECRETARIA JUDICIAL E AOS SERVIDORES**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juizes Corregedores**

**ORIENTAÇÃO**

Sanar as inconsistências identificadas pela equipe correccional, conferindo o tratamento processual adequado aos feitos correccionados, especialmente àqueles **paralisados injustificadamente**, no prazo razoável, em observância ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, notadamente quanto aos seguintes processos: 0001108-38.2005.8.10.0001, 0837439-29.2018.8.10.0001, 0871758-81.2022.8.10.0001;

Observar se a classe processual atribuída aos processos atende a forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007 e suas alterações, retificando-as quando houver necessidade, inclusive quanto ao assunto e demais dados definidos. Foram detectadas **286 inconsistências do acervo**, dentre as quais se destacam **199 processos sem assunto**, **78 processos sem nome da parte e/ou documento** e **9 movimentos de julgamento sem complemento**, destacando-se: 0030986-90.2014.8.10.0001, 0800976-12.2023.8.10.0002, 0855843-55.2023.8.10.0001;

Evitar paralisações injustificadas em processos aptos ao **arquivamento**, eis que a manutenção de processos com status "ativo", quando deveria constar como "arquivados/baixados", impacta negativamente os indicadores da unidade, especialmente o acervo e a taxa de congestionamento de baixa, notadamente quanto aos seguintes processos: 0842024-17.2024.8.10.0001;

Atentar para a incumbência de **cumprir** ordens e decisões judiciais, conforme dispõe o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, devendo observar, nos limites da razoabilidade, os prazos para a execução dos atos judiciais, a teor do disposto no art. 228 do CPC, cabendo remeter aos seguintes processos: 0009596-64.2014.8.10.0001, 0037998-24.2015.8.10.0001, 0052706-79.2015.8.10.0001, 0800976-12.2023.8.10.0002, 0813958-27.2024.8.10.0001, 0820046-81.2024.8.10.0001, 0828808-23.2023.8.10.0001, 0844009-21.2024.8.10.0001;

Promover, com a devida prioridade, a **conclusão dos processos pendentes**, especialmente daqueles que se encontram há maior tempo aguardando remessa ao gabinete, observando-se os prazos legais e a necessidade de assegurar a regularidade do fluxo processual. Da amostragem, constatou-se: 0028419-23.2013.8.10.0001, 0054093-32.2015.8.10.0001, 0800530-17.2020.8.10.0001, 0802727-47.2017.8.10.0001, 0809162-90.2024.8.10.0001, 0813958-27.2024.8.10.0001, 0820693-76.2024.8.10.0001, 0825226-25.2017.8.10.0001, 0827676-04.2018.8.10.0001, 0830189-66.2023.8.10.0001, 0837439-29.2018.8.10.0001, 0857140-97.2023.8.10.0001, 0862422-53.2022.8.10.0001, 0863448-18.2024.8.10.0001, 0870059-55.2022.8.10.0001, 0880284-66.2024.8.10.0001, 0885214-30.2024.8.10.0001, 0890556-22.2024.8.10.0001;

Certificar os atos quanto à expedição de documentos, decurso de prazo, tempestividade de petições, trânsito em julgado, dentre outras, evitando a paralisação por falta de impulso oficial, dentre os quais se colhe: 0800976-12.2023.8.10.0002, 0802727-47.2017.8.10.0001, 0809162-90.2024.8.10.0001, 0812245-17.2024.8.10.0001, 0825226-25.2017.8.10.0001, 0830189-66.2023.8.10.0001, 0838407-49.2024.8.10.0001, 0842024-17.2024.8.10.0001, 0857140-97.2023.8.10.0001, 0870059-55.2022.8.10.0001, 0880284-66.2024.8.10.0001;

Adotar, com mais frequência, o uso de **ato ordinatório**, na forma recomendada no art. 99 do Código de Normas da CGJMA c/c Provimento nº 22/2018-CGJMA, evitando que atos sem cunho decisório fiquem a cargo do magistrado. Da amostragem, sem ato ordinatório, foram encontrados: 0801487-23.2023.8.10.0127, 0844009-21.2024.8.10.0001;

Controlar rigorosamente a tarefa do PJE "processos com prazo em curso", devendo ali constar apenas feitos que efetivamente estejam nessa condição, evitando paralisações indesejáveis;

Acessar diariamente o Malote Digital da unidade, considerando tratar-se de canal de comunicação oficial utilizado para envio/recebimento de correspondências judiciais e cartas precatórias, nos termos da Resolução CNJ nº 100, de 24 de novembro de 2009, evitando que documentos enviados ao endereço da unidade jurisdicional permaneçam como "não lidos";

Recomenda-se aos Oficiais de Justiça o cumprimento imediato e a devolução dos mandados cujos prazos legal ou judicial já se encontrem vencidos, nos termos do art. 229 do Código de Normas da CGJ/MA., incumbindo à Secretaria Judicial proceder à cobrança dos mandados não devolvidos, mediante ato ordinatório, com notificação pessoal do(a) Oficial(a) de Justiça responsável ou por intermédio da Central de Mandados, se houver, conforme previsto no art. 99, inciso LIII, do referido Código de Normas. Ressalte-se que há, atualmente, **21 mandados não devolvidos há mais de 30 dias**, destacando-se: 0805759-16.2024.8.10.0001, 0880284-66.2024.8.10.0001;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

Fiscalizar permanentemente as cartas precatórias expedidas, com expedição de ofício, inclusive por ato ordinatório, sempre que ultrapassado o prazo de cumprimento ou a cada 3 (três) meses, nos termos do art. 99, inciso XIX, do Código de Normas da CGJ/MA. Além disso, deve manter o controle efetivo das cartas precatórias recebidas, atentando-se para o cumprimento das diligências no prazo devido, em respeito ao dever de cooperação entre os órgãos jurisdicionais, conforme disposto no art. 237, inciso III, c/c artigos 67 e 68 do Código de Processo Civil, considerando-se a existência de **28 cartas pendentes de cumprimento**;

Proceder à conclusão das petições iniciais distribuídas sem o primeiro despacho (**118**);

## 10.2 AO/À MAGISTRADO/MAGISTRADA

### ORIENTAÇÃO

Sanar as inconsistências detectadas pela equipe correccional, conferindo o tratamento adequado aos processos correccionados em tempo razoável, dando efetividade ao disposto no art. 5º LXXVII da CF/88, que trata do princípio da razoável duração do processo;

Promover a análise das questões processuais pendentes de apreciação, incluindo as identificadas neste relatório: 0001108-38.2005.8.10.0001, 0003504-80.2008.8.10.0001, 0021417-36.2012.8.10.0001, 0026001-44.2015.8.10.0001, 0028419-23.2013.8.10.0001, 0028452-47.2012.8.10.0001, 0028757-26.2015.8.10.0001, 0030986-90.2014.8.10.0001, 0032289-08.2015.8.10.0001, 0039310-69.2014.8.10.0001, 0054093-32.2015.8.10.0001, 0055637-55.2015.8.10.0001, 0800530-17.2020.8.10.0001, 0802727-47.2017.8.10.0001, 0806453-87.2021.8.10.0001, 0808258-36.2025.8.10.0001, 0809097-66.2022.8.10.0001, 0809162-90.2024.8.10.0001, 0812245-17.2024.8.10.0001, 0812792-62.2021.8.10.0001, 0813958-27.2024.8.10.0001, 0817124-67.2024.8.10.0001, 0817746-83.2023.8.10.0001, 0818897-50.2024.8.10.0001, 0820062-98.2025.8.10.0001, 0820693-76.2024.8.10.0001, 0823513-39.2022.8.10.0001, 0824227-28.2024.8.10.0001, 0825226-25.2017.8.10.0001, 0825406-41.2017.8.10.0001, 0826993-54.2024.8.10.0001, 0827676-04.2018.8.10.0001, 0830189-66.2023.8.10.0001, 0830576-18.2022.8.10.0001, 0830897-19.2023.8.10.0001, 0832205-56.2024.8.10.0001, 0832741-67.2024.8.10.0001, 0837439-29.2018.8.10.0001, 0845088-35.2024.8.10.0001, 0847099-37.2024.8.10.0001, 0847776-67.2024.8.10.0001, 0855752-96.2022.8.10.0001, 0855843-55.2023.8.10.0001, 0856885-08.2024.8.10.0001, 0856974-41.2018.8.10.0001, 0857140-97.2023.8.10.0001, 0857846-46.2024.8.10.0001, 0862422-53.2022.8.10.0001, 0862731-40.2023.8.10.0001, 0863448-18.2024.8.10.0001, 0870059-55.2022.8.10.0001, 0870362-35.2023.8.10.0001, 0880284-66.2024.8.10.0001, 0885214-30.2024.8.10.0001, 0890556-22.2024.8.10.0001, 0895478-09.2024.8.10.0001, 0900588-86.2024.8.10.0001;

Envidar esforços para evitar a manutenção de **processos conclusos há mais de 100 (cem) dias**, adotando as providências necessárias para assegurar, nos limites da razoabilidade, a observância do disposto no art. 226 do Código de Processo Civil, destacando-se os seguintes processos: 0828191-63.2023.8.10.0001;

Fiscalizar os serviços da Justiça alusivos à unidade judicial, principalmente as atividades dos servidores, conforme disposição do 38, XIV, do Código de Normas da CGJ/MA c/c inciso X do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado do Maranhão e, também, em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030 da ONU, especificamente o de nº 16, contribuindo com o desenvolvimento de instituições eficazes, notadamente promovendo a gestão das tarefas para prestar uma atividade jurisdicional célere e de qualidade, além de fiscalizar o cumprimento das recomendações já mencionadas;

Fiscalizar o cumprimento e devolução dos mandados pelos Oficiais de Justiça, nos termos do art. 38, inciso XIV, do Código de Normas da CGJ/MA e do art. 41, inciso X, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, tendo em vista a existência de **21 mandados não devolvidos há mais de 30 dias**;

Manter o controle permanente de fiscalização de cartas precatórias recebidas, priorizando o cumprimento e devolução das **28 cartas pendentes de cumprimento**, em observância ao dever de cooperação entre os órgãos jurisdicionais, conforme disposto no art. 237, inciso III, c/c artigos 67 e 68 do Código de Processo Civil;

Analisar os processos, proferindo sentenças, despachos e decisões nos prazos legais, destacando que há **118 petições iniciais não apreciadas**. Importa, ainda, acompanhar os **10 processos suspensos há mais de 100**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Gabinete dos Juízes Corregedores**

dias;

## 11 PROPOSIÇÕES E DELIBERAÇÕES

OCORRÊNCIA	DIRETRIZ	PRAZO
<b>Taxa de Congestionamento:</b> Considerando relatório extraído do Sistema TERMOJURIS, em abril de 2025, a <b>taxa de congestionamento líquida de baixa na fase de conhecimento atingiu 66,37%</b> , patamar não desejável, é necessária a <b>redução mínima de 4 (quatro) pontos percentuais no prazo de 4 (quatro) meses</b> , contados da ciência deste relatório, sob pena de adoção de medidas interventivas na unidade.	<b>Redução de 4 p.p.</b>	<b>4 MESES</b>

## 12 ENCERRAMENTO

Considerações Finais
Orientou-se quanto ao uso correto dos sistemas de gestão e processual, bem como da necessidade de acompanhamento das metas nacionais.
Oficie-se à magistrada responsável pela <b>5ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís</b> para que, <b>no prazo de 60 (sessenta) dias</b> , a partir da ciência deste relatório, comprove a correção dos fatos diagnosticados e demonstre o acatamento das recomendações (itens 8 e 10), bem como atenda às proposições constantes do item 11, nos prazos ali definidos, sob pena das sanções previstas no §1º do art. 25 da Resolução GP nº 9/2016.
Deverá a Coordenação de Serventias Judiciais proceder o monitoramento do referido prazo, bem como certificar a movimentação dos processos correccionados, comunicando, ao fim do interregno, à Juíza Auxiliar designada, a quem caberá deliberar, submetendo, na sequência, ao Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça.
Como aspecto positivo da unidade, destaque-se o cumprimento das <b>Meta 2-A (111,05%) e Meta 3 (100,00%)</b> .
Nada mais havendo a deliberar, foi encerrado o presente Relatório, que lido e achado conforme, vai assinado pela Juíza Auxiliar, e submetido à aprovação do Corregedor-Geral da Justiça.
<b>São Luís (MA), 29 de maio de 2025.</b>

**DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA**  
**JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA**  
**GABINETE DOS JUÍZES CORREGEDORES**  
**Matrícula 144113**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 03/06/2025 15:30 (DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA)

